



Na Mídia

13/08/2025 | [Valor Econômico](#)

Demora para instalar comissão da MP da reforma do setor elétrico preocupa Ministério de Minas e Energia

Caso medida não seja aprovada, programa 'Luz do Povo' corre risco de não vigorar

Por Marlla Sabino e Gabriela Guido

A demora do Congresso para instalar a comissão mista que analisará a Medida Provisória 1.300/2025, que traz a proposta do governo para reforma do setor elétrico, começou a criar apreensão em integrantes do Ministério de Minas e Energia, segundo apurou o Valor. O principal ponto de preocupação na pasta é o novo modelo do Tarifa Social, que garante gratuidade na conta de luz para famílias de baixa renda.

Batizado de “Luz do Povo”, o novo modelo estabelece a gratuidade do consumo de energia de até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês para os beneficiários, o que está em vigor desde 5 de julho. A avaliação no ministério é que as novas regras estão garantidas por, pelo menos, um ciclo tarifário de um ano. Depois disso, uma hipótese seria editar uma MP ano que vem para manter o modelo.

Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entretanto, o entendimento é diferente. Segundo apurou o Valor, técnicos avaliam que, caso a MP não seja aprovada pelo Congresso, o novo formato deixa de vigorar imediatamente, uma vez que não haverá legislação que sustente o novo Tarifa Social.

Na avaliação do advogado Felipe Furcolin, sócio do Furcolin Mitidieri Advogados, a continuidade da gratuidade após eventual caducidade da MP depende da interpretação que se dará do artigo da Constituição que trata sobre efeitos de uma MP. Ele ressalta que os atos como a mudança no Tarifa Social não têm relações constituídas em sentido estrito, o que se distancia do padrão reconhecido em precedente do Supremo Tribunal Federal.

“Embora tenham sido praticados atos, como o despacho da Aneel, a aprovação do orçamento da CDE [Conta de Desenvolvimento Energético] e até mesmo revisão ordinária de determinadas distribuidoras, esses não apresentam o mesmo nível de individualização e bilateralidade observados, por exemplo, em uma MP que contou com celebração de termos de adesão e aportes de garantias”, explicou.

Na mesma linha, o advogado Henrique Reis, sócio no escritório Demarest, avalia que, por mais legítimo e justificável que seja o subsídio social, a manutenção em caso de fim de vigência da MP sem conversão em lei pode ensejar questionamentos.

“A princípio entendo que não continuaria valendo o desconto da MP. Da mesma forma que foi aplicado imediatamente o desconto na tarifa vigente durante o período de vigência da tarifa homologada pela Aneel, a perda de eficácia do dispositivo que criou subsídio teria que ser objeto de incorporação imediata no ciclo atual.”

A instalação do colegiado do Congresso estava agendada para a terça-feira (12), mas a reunião foi cancelada pela segunda semana consecutiva.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), sinalizou que a decisão de adiar a reunião partiu do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que foi designado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para presidir o colegiado. Questionado pelo Valor sobre as preocupações em relação ao prazo, o senador Eduardo Braga afirmou que ainda não foi procurado pelo governo para tratar sobre o assunto.

O presidente da comissão de Infraestrutura do Senado, Marcos Rogério (PL-RO), afirmou não ver esforço do governo para avançar com MPs no Congresso. “Quem deve ter pressa e colocar essas comissões para funcionar é o governo”, disse. “Se não houver uma atuação mais cuidadosa, mais célere, vai acabar incorrendo em caducidade”, acrescentou.

Em nota, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) afirmou que espera que as análises se iniciem o mais breve possível, uma vez que as medidas são fundamentais e urgentes. “A Abradee ressalta que é essencial que a MP avance em sua totalidade e não apenas na parte da tarifa social. Sem a análise completa, o risco de termos novos aumentos na conta de luz será concreto.”

A Aneel afirmou, em nota, que está acompanhando o debate e aguarda a aprovação da MP. Disse ainda que avaliará o caso quando demandada.



Fachada do Ministério de Minas e Energia, em Brasília — Foto: Tauan Alencar/Divulgação - MME

